

**RE nos EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.121.565 - ES (2017/0146033-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : PREVIDENCIA USIMINAS
ADVOGADOS : MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL -
MG064029
JULIANA DE CASTRO PRUDENTE - MG060232
RECORRIDO : AMALIA NARCULANO AMORIM
ADVOGADO : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA - ES006942
ADVOGADOS : DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBÃO - ES007322
BRUNO CASTELLO MIGUEL E OUTRO(S) - ES016106
INTERES. : COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
INTERES. : COMPANHIA FERRO E AÇO DE VITÓRIA S/A - COFAVI -
MASSA FALIDA

EMENTA

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE
ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO.
MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL.
INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA
181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela PREVIDENCIA USIMINAS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim sintetizado (fl. 2.634):

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA.

1. É inepta a petição de agravo interno no agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.

2. Agravo interno no agravo em recurso especial não conhecido, com multa.

Foram, então, opostos sucessivos embargos de declaração, os quais restaram assim ementados:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 APLICADA. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PRÉVIO À INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER OUTRO RECURSO.

AUSÊNCIA.

1. Nos termos do §5º do art. 1021, a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no §4º, à exceção da Fazenda Pública e ao beneficiário da justiça gratuita que farão o pagamento ao final.

2. Embargos de declaração no agravo interno no agravo em recurso especial não conhecidos.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MULTA. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. APLICAÇÃO.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.

2. Considerando o caráter manifestamente protetatório dos embargos de declaração, aplicável a multa inserta no art. 1.026, §2º, do CPC/2015.

3. Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo interno no agravo em recurso especial rejeitados, com aplicação de multa.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 2.705/2.722), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola o disposto nos artigos 97, 103-A e 5º, XXXVI, todos da Constituição Federal.

Alega que "o art. 1.002 do CPC (equivalente ao art. 505, CPC- 1973) autoriza a interposição de recurso parcial; a recorrente interpôs agravo parcial, nos termos autorizados pelo referido dispositivo; dizer que seu agravo é inadmissível é negar vigência ao dispositivo que autoriza a interposição de recurso parcial. É como se dissesse que o art. 1.002 – que está vigente e, nessa qualidade, deve ser aplicado aos fatos sobre os quais incide – é inconstitucional" (fl. 2.717), ferindo a cláusula de reserva de plenário.

Aduz, ainda, que "o acórdão recorrido termina por surpreender a parte que, ao manejar seu recurso, agiu em conformidade com a lei vigente, frustrando-lhe uma legítima expectativa. Aplica um pensamento novo a uma situação pretérita, vulnerando indelevelmente o princípio da segurança jurídica que inspira o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal" (fl. 2.719).

Explica que "ao impugnar a decisão proferida pelo TJES, a recorrente deixou-se guiar pelo disposto no art. 1.002 do CPC (art. 505, CPC-1973), abrindo mão de reiterar a impugnação de determinados capítulos outrora tratados em seu recurso especial. Estava convencida, no particular, do acerto da decisão proferida pelo TJES. Impugná-la, a despeito de sabê-la correta, poderia configurar ilícito processual, punível como litigância de má-fé. No mais, estava segura da não incidência da ratio decidendi cristalizada no enunciado n. 182 da Súmula do STJ, uma vez que os fundamentos não impugnados eram (e são) autônomos" (fl. 2.719).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 2.731/2.739.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

No que tange à aventada ofensa aos artigos 97, 103-A e 5º, inciso XXXVI, todos da Constituição Federal, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que

se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário não conheceu do recurso em razão da deficiência da impugnação recursal que não refutou os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

Superior Tribunal de Justiça

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 97, 103-A e 5º, inciso XXXVI, todos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Vice-Presidente